

Diário do Legislativo de 08/11/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líder: Luiz Tadeu Leite e Ronaldo Canabrava

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS Vice-Presidente

Deputado Alberto Pinto PPB
Coelho

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Doutor Viana PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Ivo José PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente
Deputado Geraldo Rezende PMDB Vice-Presidente
Deputado Mauri Torres PSDB
Deputado Bené Guedes PDT
Deputada Elaine Matozinhos PSB

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD
Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB
Deputado Hely Tarquínio PSDB
Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior
Deputada Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente
Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente
Deputado Marcelo Gonçalves PDT
Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão
Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB
Deputado Luiz Fernando Faria PPB
Deputado João Batista de Oliveira PDT
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Eduardo Brandão PMDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Hauelsen

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Nivaldo Andrade PPB

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Aílton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputada Álvaro Antônio PDT

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Wanderley Ávila PPS

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente

Deputado Pastor George PL Vice-Presidente

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

SUPLENTES:

Deputado Marco Régis	PPS
Deputado Amilcar Martins	PSDB
Deputado Dimas Rodrigues	PMDB
Deputado Ambrósio Pinto	PTB
Deputado Bilac Pinto	PFL

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - 115ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reuniões de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.938/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 8/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.929, de 29/9/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 4 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24

Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 6 de novembro de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 6/11/2000

Presidência do Deputado Ailton Vilela

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Dimas Rodrigues - Ivo José - Luiz Fernando Faria - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ailton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

DESIGNAÇÃO DE COMISSÕES

- O Sr. Presidente designou, na 190ª Reunião Ordinária, a seguinte comissão:

Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Apurar as Circunstâncias em que Ocorreu a Demissão do Diretor do Instituto de Pesos e Medidas de Minas Gerais - IPÊM -, Sr. Wilton Braga de Oliveira, doravante Denominada Comissão Especial do IPÊM, constituída a requerimento do Deputado Irani Barbosa, aprovado em 25/10/2000. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Antônio Andrade; suplente - Deputado Marco Régis; pelo PSDB: efetivo - Deputado Miguel Martini; suplente - Deputado Ailton Vilela; pelo PDT: efetivo - Deputado João Batista de Oliveira; suplente - Deputado Bené Guedes; pelo PFL: efetivo - Deputado Eduardo Hermeto; suplente - Deputado Rêmolo Aloise; pelo PSD: efetivo - Deputado Irani Barbosa; suplente - Deputado João Paulo. À Área de Apoio às Comissões.

ATA DA 115ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 26/10/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 27/2000 e dos Projetos de Lei nºs 211/99 e 1.196/2000; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Irani Barbosa; rejeição - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Hely Tarquínio; aprovação - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99; requerimento da Deputada Elaine Matozinhos; aprovação do requerimento - Chamada para verificação do número regimental; inexistência de "quorum" especial para a votação de propostas de emenda à Constituição; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" especial para a votação de propostas de emenda à Constituição - Registro de Presença - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99; votação nominal da proposta original; rejeição; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99; votação nominal da proposta, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; questão de ordem; leitura e votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2000; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; leitura e votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº

24/2000; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 513/99; requerimento do Deputado João Paulo; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 58/99; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 487/99; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 789/2000; aprovação com as Emendas nºs 1 a 4 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 855/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 857/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 893/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 943/2000; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 958 e 984/2000; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 997/2000; apresentação da Emenda nº 9 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 7; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto, da emenda e da subemenda à Comissão de Direitos Humanos - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 11/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/99; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; rejeição; votação do projeto original; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 151/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 303/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 464/99; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 553/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 610/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 645/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 10 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 798/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questões de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martinini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 1ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 27/2000, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a Lei nº 5.406, de 16/12/69. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Arquive-se o projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 211/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui os conselhos comunitários de segurança pública e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Arquive-se o projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.196/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre medida de segurança para os ex-Governadores do Estado e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Arquive-se o projeto.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Irani Barbosa, em que solicita seja a Comissão de Fiscalização Financeira ouvida a respeito das emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 17/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Arquive-se o requerimento.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99 seja apreciada em último lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99, do Deputado João Leite, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I de seu art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta. Vem à Mesa requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando o adiamento da votação da matéria. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 48 Deputados. Não há "quorum" para a votação de propostas de emenda à Constituição. A Presidência, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 54 Deputados, número suficiente para a votação de propostas de emenda à Constituição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Marcos Helênio.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Tendo em vista a aprovação de requerimento do Deputado Ivo José, solicitando a inversão da preferência na votação da matéria, a Presidência vai submeter a votos, em primeiro lugar, a proposta original. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados; votaram "não" 54 Deputados. Está, portanto, rejeitada a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99 na forma original. A Presidência vai submeter a votação pelo processo nominal o Substitutivo nº 1 à Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99. Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 56 Deputados; votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão Especial.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99, do Deputado Márcio Cunha, que altera a composição do Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, a proposta, salvo emenda. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 57 Deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99, salvo emenda.

Questão de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, peço a V. Exa. que seja feita a leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário - (- Lê:)

"Emenda nº 1

Acrescente-se à proposição o seguinte art. 2º:

‘ Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.’

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2000."

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

- Vota "não" o seguinte Deputado:

Luiz Menezes.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 55 Deputados; votou "não" 1 Deputado. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000, do Deputado Chico Rafael, que acrescenta parágrafo único ao art. 152 da Constituição do Estado.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 56 Deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, nos termos do inciso I do art. 260, c/c o art. 255, do Regimento Interno. Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

- Vota em branco o seguinte Deputado:

Márcio Kangussu.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 54 Deputados; houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 29/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/1952. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Rêmolo Aloise opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c o art. 255, do Regimento Interno. Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 56 Deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 11/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios operacionais para o exercício da competência legal do Tribunal de Contas do Estado no controle do pagamento de contratos administrativos. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto emenda do Deputado Sebastião Navarro Vieira, a qual recebeu o nº 1. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda será votada independentemente de parecer, e sua leitura será feita no momento oportuno. Em votação, o projeto, salvo emenda. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c o art. 255, do Regimento Interno. Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 52 Deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Dilzon Melo) - (- Lê a Emenda nº 1, publicada na edição de 19/10/2000.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 23/2000 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. A Presidência vai submeter a matéria a votação, de conformidade com o art. 260, I, c/c o art. 255, do Regimento Interno. Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 24/2000. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto. Vem à Mesa requerimento do Deputado João Paulo, apoiado pela totalidade dos Líderes com assento nesta Casa, solicitando o adiamento da votação da matéria. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 69 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a proposta a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c o art. 255, do Regimento Interno. Em votação.

- Procede-se à votação nominal por meio do painel eletrônico.

- Votam "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 58/99, do Deputado João Leite, que proíbe o armazenamento de rejeitos ou resíduos tóxicos ou perigosos no território do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, salvo emenda, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, que recebeu da Comissão de Fiscalização Financeira parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 58/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 487/99, do Deputado Agostinho Silveira, que determina a inclusão da disciplina Formação de Condutores de Veículos nos currículos do ensino médio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 789/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde do Professor da Rede Estadual de Ensino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 4, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 789/2000 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 855/2000, do Deputado Marco Régis, que dispõe sobre a criação da Central de Controle de Preços de Medicamentos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 855/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 857/2000, do Deputado Marco Régis, que obriga a rede pública de saúde a comprar medicamentos pelo nome genérico para seus estoques. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 857/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 893/2000, do Deputado Gil Pereira, que cria a Campanha Estadual Permanente de Combate à Violência nas Instituições de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 893/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 943/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece diretrizes para a política de saneamento básico em regiões metropolitanas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 943/2000 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 958/2000, do Deputado José Milton, que torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo as conseqüências do uso de drogas antes das sessões principais, em todos os cinemas de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 984/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Transporte.

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 997/2000, do Deputado Anderson Aduino, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas de nºs 2 a 8, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 9 AO PROJETO DE LEI Nº 997/99

Dê-se ao artigo 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP -, destinado à:

I - adequação, modernização e aquisição de novos equipamentos de uso constante dos órgãos públicos, estaduais e municipais, envolvidos em atividades de segurança pública;

II - formação e capacitação profissional dos agentes e técnicos de segurança pública;

III - informatização dos arquivos e dados da área de segurança pública."

Sala das Reuniões, de de 2000.

João Leite

Justificação: A concepção de segurança pública tem evoluído no sentido de tratar da formação dos agentes policiais e da modernização operacional das unidades, como elementos centrais da melhoria do serviço prestado à população. Assim, consideramos fundamental que um fundo público destinado à área de segurança pública não se cinja somente à equipagem das unidades policiais, mas invista na capacitação profissional do elemento humano e na modernização da atividade, centrada especialmente na utilização de recursos informatizados.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 7 AO PROJETO DE LEI Nº 997/99

Dê-se aos incisos VIII, IX e XII do art. 7º da proposição a seguinte redação:

"VIII - dois representantes escolhidos em reunião pública dos conselhos municipais voltados para a área de segurança pública, defesa social e direitos humanos e que sejam integrados paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil;

IX - dois representantes escolhidos em reunião pública das entidades civis sem fins lucrativos voltadas para a promoção dos direitos humanos e que tenham sede e área de atuação no Estado;

.....

XII - um representante escolhido em reunião pública das associações comunitárias e de moradores, legalmente constituídas, com sede e área de atuação no Estado.".

Sala das Reuniões, de de 2000.

João Leite

Justificação: Entendemos importante aprimorar a emenda da Comissão de Direitos Humanos, para se explicitar, em cada inciso referente aos representantes de entidades da sociedade civil, a necessidade de realização de reunião pública em que se indicarão as pessoas que as representarão no grupo coordenador.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas pelo Deputado João Leite uma emenda, que recebeu o nº 9, e uma subemenda à Emenda nº 7, que recebeu o nº 1. Nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha o projeto e as emendas à Comissão de Direitos Humanos, para parecer.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 11/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui procedimentos especiais para prevenção e detecção dos casos de LER. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº

11/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a criação de cães no Estado e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em votação, o projeto na sua forma original. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Arquive-se o projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 151/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Renda Mínima para Guarda de Crianças Abandonadas e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 151/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 303/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 464/99, dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público e entidade sob controle direto ou indireto do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 464/99

Dê-se aos §§ 2º e 3º do art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º -

§ 2º - No prazo de trinta dias a contar da data da solicitação oficial, as entidades referidas nos incisos III a VII do parágrafo anterior indicarão seus representantes.

§ 3º - A função de membro da comissão a que se refere o § 1º deste artigo será exercida sem ônus para o Estado, sendo considerada de relevante interesse público.".

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2000.

Paulo Piau

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Paulo Piau, que recebeu o nº 1. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda será votada independentemente de parecer, e sua leitura será feita em momento oportuno. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Dilzon Melo) - (- Lê:)

- A Emenda nº 1, lida pelo Sr. Secretário, é a publicada anteriormente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 464/99 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 553/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro e a publicidade dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 553/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 610/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a impressão, nas embalagens de leite dos tipos C e B, do quadro de vacinas infantis obrigatórias. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 610/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 645/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre administração, proteção e conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 10, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 645/99 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 10. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 798/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece condições para o funcionamento de câmaras de bronzeamento artificial. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. (- Pausa.) Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 798/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que encerre a reunião, porque não há "quorum" nem para a discussão dos projetos em pauta.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica a impossibilidade de continuarmos a reunião. Antes de encerrá-la, porém, agradece penhoradamente a todos os Deputados que compareceram à sessão desta manhã, o que possibilitou a votação de praticamente todos os projetos que estavam em condição de serem votados, ficando apenas os que se encontram nas comissões, já devidamente definidos pelo Colégio de Líderes, que deverão ser votados também. Após a próxima semana, quando esses projetos forem avaliados e analisados nas comissões de mérito, a Presidência espera poder contar novamente com a presença deste número significativo de Deputados no Plenário, como aconteceu hoje, para que possamos dar continuidade à votação dos projetos.

A Presidência entende que, com a aprovação desses projetos e dos outros que se encontram nas comissões, o Poder Legislativo do Estado coloca em ordem novamente todos os projetos que ficaram para trás e não foram votados, em função do trabalho desenvolvido pelos parlamentares, de forma direta ou indireta, no período eleitoral.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, nesta oportunidade, gostaria de registrar o grande empenho de V. Exa. junto ao Colégio de Líderes. V. Exa. não tem absolutamente nada que agradecer a esta Casa. Nós é que somos muito gratos a V. Exa., pela séria condução, pela determinação e por sua vontade de resgatar todos os legítimos interesses do povo mineiro. Tenho certeza de que as homenagens devem ser dirigidas a V. Exa., pela vontade de limpar a pauta, como V. Exa. acaba de dizer. Parabéns, Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece.

O Deputado Paulo Pettersen - Quero apenas fazer uma correção no que se refere à fala do nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Presidente fala como se os Deputados estivessem fazendo favor, permanecendo no Plenário e votando. V. Exa. sabe que é compromisso não só de V. Exa., mas de todos nós, o empenho para o bom funcionamento desta Casa. Mas V. Exa. esquece que é nossa obrigação votar constantemente, colaborando para o bom andamento das atividades do Poder Legislativo, que está sob sua égide. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja esclarecer ao Deputado Paulo Pettersen que os projetos que foram votados, assim como as emendas à Constituição, passaram pelo crivo do Colégio de Líderes, não só com relação à quantidade, mas principalmente com relação à qualidade. A Presidência fez questão de enaltecer o trabalho dos Deputados, para que fique claro para a sociedade mineira que estamos conseguindo colocar em dia os projetos que não foram votados em função do trabalho parlamentar legítimo dos Deputados em suas bases, no período eleitoral.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, no dia 26/6/2000, fiz um requerimento a V. Exa. solicitando informação sobre o valor recebido pelo Deputado desta Casa no contracheque, se há valor extra e se há diferença entre os salários dos parlamentares desta Casa. Até hoje V. Exa. não se dignou a me responder. Insisto e gostaria que V. Exa. fixasse uma data para dar essa resposta, já que, segundo informações que recebi, há diferenças gritantes entre os salários dos Deputados.

O Sr. Presidente - Como faz com todos os requerimentos apresentados em Plenário, a Presidência encaminhará a resposta a V. Exa. no máximo até a próxima semana.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 44ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de julho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Cristiano Canêdo, Dimas Rodrigues e Hely Tarquínio (substituindo este ao Deputado Miguel Martini, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Hely Tarquínio, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente passa à discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário e solicita ao Deputado Dimas Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 856/2000, no 1º turno, que proceda à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela rejeição da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a chegada do Deputado Miguel Martini, este assume regimentalmente a Presidência. A seguir, o Presidente solicita ao Deputado Edson Rezende que proceda à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 857/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 557/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dimas Rodrigues). A seguir, o Presidente passa à votação dos Requerimentos nºs 1.503, 1.506, 1.509, 1.515 e 1.520/2000, os quais são aprovados. Após, o Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 959 e 963/2000, os quais são aprovados. Ato contínuo, o Presidente passa à discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizado debate público para discutir o Projeto de Lei nº 1.105/2000, de sua autoria, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos destinados à produção e à manipulação de alimentos artesanais. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Pastor George - Cristiano Canêdo - Edson Rezende.

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 -e DA COMISSÃO de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezessete horas do dia seis de julho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmo Aloise, Rogério Correia e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina à apreciação da matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O relator do Projeto de Lei nº 1.022/2000, Deputado Irani Barbosa, emite seu parecer sobre a matéria. Na fase de discussão, o Deputado Rogério Correia apresenta emendas, que são acatadas pelo relator. Suspende-se a reunião por alguns instantes, para a incorporação das emendas ao parecer, que conclui pela aprovação da matéria em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 6, 13 e 50; pela rejeição dos §§ 3º e 7º do art. 17 do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 3, 5, 7, 8, 10 a 12, 16, 17, 19, 21 a 24, 28 a 32, 36 a 38, 40 a 44, 46, 47 e 51; pela prejudicialidade do projeto original, dos arts. 34 e 40 do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1, 2, 4, 9, 14, 15, 18, 20, 25 a 27, 33 a 35, 39, 42, 45, 48 e 49. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia - Mauro Lobo - Irani Barbosa.

ATA DA 12ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amílcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Após, o Presidente lê a seguinte correspondência: ofícios do Sr. Adalclever Ribeiro Lopes, Chefe de Gabinete do Secretário da Segurança Pública; do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais; dos Srs. Jafete Abrahão, Diretor-Presidente da BHTRANS; Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS em Minas Gerais, e Sílvio de Carvalho Grossi, Presidente em exercício da Associação Mineira de Municípios, publicados, respectivamente, nas edições do "Diário do Legislativo" de 19/8/2000, 15/7/2000, 3/8/2000, 12/8/2000, 11/8/2000 e 18/8/2000. Prosseguindo, lê ofício da Sra. Maria de Lourdes Sales Calvelho, Juíza do Trabalho, encaminhando decisão sobre reclamações trabalhistas feitas por funcionários de bingo. A seguir, a Presidência avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.005/2000; designa os Deputados Amílcar Martins e Luiz Menezes, respectivamente, como relatores dos Projetos de Lei nºs 1.046 e 1.044/2000; e redistribui o Projeto de Lei nº 797/2000 ao Deputado Amílcar Martins. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Ivo José emite parecer sobre os substitutivos apresentados em Plenário ao Projeto de Lei nº 12/99, mediante o qual conclui pela aprovação do Substitutivo nº 6 e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, bem como dos Substitutivos nºs 1 a 5. O Deputado Amílcar Martins solicita vista da matéria, o que é deferido pela Presidência. Na sequência, o

Deputado Amílcar Martins emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 797/2000 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 886/2000 com a Emenda nº 1 e 1.033/2000 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava); 987 e 1.007/2000 (relator: Deputado Luiz Menezes); 988, 995 e 1.028/2000 e 1.031/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ivo José). Após, submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 1.538, 1.545, 1.561, 1.562 e 1.579/2000. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente transfere a Presidência ao Deputado Amílcar Martins e apresenta requerimento em que solicita sejam convidados representantes de diversas entidades para discutirem o Projeto de Lei nº 1.044/2000. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José suspende a reunião. São reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Ivo José, Maria Olívia e Luiz Menezes. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 661/99, 873, 885, 966, 975, 976, 982, 1.013 e 1.020/2000. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 24/8/2000, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2000.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Amílcar Martins.

ATA DA 13ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde

Às onze horas do dia trinta de agosto de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Pastor George e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a correspondência está de posse da assessoria e à disposição dos Deputados. A seguir, a Presidência distribui os Projetos de Lei nºs 1.045/2000 ao Deputado Miguel Martini, 1.101/2000 ao Deputado Dimas Rodrigues, 1.104/2000 ao Deputado Pastor George e 1.107/2000 ao Deputado Cristiano Canêdo. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas a apreciação do Plenário da Assembléia. Na ausência do Deputado Cristiano Canêdo, a Presidência redistribui os Projetos de Lei nºs 610 e 615/99, no 2º turno, ao Deputado Pastor George e as emendas recebidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 46/99 ao Deputado Dimas Rodrigues. Estando o Deputado Pastor George em condições de proferir o seu parecer, fá-lo e conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 610/99 na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Deputado Pastor George, relator do Projeto de Lei nº 615/99, procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da proposição na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Dimas Rodrigues, relator das emendas ao Projeto de Lei nº 46/99, que emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação das Emendas de nºs 1 a 3, apresentadas em Plenário e do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, a Presidência submete a discussão e votação as proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente submete a votação os Requerimentos nºs 1.531 e 1.552/2000, que são aprovados. Prosseguindo, a Presidência submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 557/99, 792/2000 e 783/99, os quais são aprovados. A seguir, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Pastor George apresenta requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita audiência pública da Comissão, conjuntamente com as Comissões de Administração Pública e de Direitos Humanos, com a finalidade de se debater o atendimento à saúde prestado pela PMMG aos militares estaduais, especialmente as situações referentes a militares portadores de algum tipo de incapacidade ou doença que permanecem em atividade. O Deputado Pastor George apresenta requerimento do Deputado João Batista de Oliveira em que solicita audiência pública para se debater a regulamentação da Lei nº 12.687, de 1º/12/97, que dispõe sobre a produção de medicamentos fitoterápicos no Estado. O Deputado Pastor George apresenta requerimento em que solicita seja promovido um debate na Comissão de Saúde referente a erro médico. Solicita, também, sejam convidados o Secretário da Saúde, o Superintendente da FHEMIG e o Diretor do Hospital Júlia Kubitschek, com a finalidade de se discutirem problemas no funcionamento desse hospital, especialmente a propagação de doenças infecciosas. O Deputado Dimas Rodrigues apresenta requerimento em que solicita reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Direitos Humanos, para se debater o estágio atual do Programa de Prevenção do Câncer da Mama no Estado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. O Deputado Miguel Martini passa a direção dos trabalhos ao Deputado Pastor George, para apresentar requerimento de sua autoria. O Deputado Miguel Martini solicita seja convidada a Diretoria do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Sr. Ricardo de Menezes Macedo, Presidente desse Sindicato, para que possa tratar de assuntos de relevante interesse da saúde no Estado de Minas Gerais. Submetido a votação, é esse requerimento aprovado. O Sr. Ricardo de Menezes Macedo, faz sua exposição, relatando a situação dos médicos contaminados no Hospital Júlia Kubitschek, conforme consta em gravação. Participam dos debates todos os parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Pastor George - Cristiano Canêdo - Edson Rezende.

ATA DA 20ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quinze horas do dia seis de setembro de dois mil, comparecem no Salão Nobre da Câmara Municipal da cidade de Pará de Minas os Deputados Fábio Avelar e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Dimas Rodrigues, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. O Deputado Antônio Júlio assume a Presidência, declara aberta a reunião e procede à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da avicultura em Minas Gerais, visando buscar subsídios para o estabelecimento de uma política de apoio à atividade no Estado. A seguir, convida a tomar assento à Mesa os Srs. Eli Pinto de Faria, Prefeito Municipal de Pará de Minas; Délio Alves, Vereador, representante do Presidente da Câmara Municipal dessa cidade; Renê Vieira Leitão, Secretário Municipal de Agricultura de Pará de Minas; Elma Barbosa de Araújo, representante do Deputado Federal Eduardo Barbosa; Tarcísio Franco do Amaral, Presidente da Associação dos Avicultores de Minas Gerais - AVIMIG -; Antônio Melo Silva, Presidente da COGRAN; e Ari Soares de Araújo, Presidente do Sindicato Rural de Pará de Minas. A Presidência convida ainda a tomar parte nos trabalhos os Srs. Jonas de Moraes Filho, Presidente da Cooperativa Regional dos Produtores Rurais de Pará de Minas - COOPARA -; João Bosco Martins de Abreu, Presidente da COOPEROESTE; Antônio Carlos, Diretor da Avivar Alimentos; Aires Rodrigues Vieira, Gerente da COGRAN; Luciano Mendonça, Diretor das Organizações FRANCAP; Osvaldo Pereira, Presidente da Granja Azul e Branco; Marília Martha Ferreira, Geraldo Sérgio dos Santos e Tarcísio Silva Moreira, da AVIMIG. Logo após, o Presidente tece comentários iniciais sobre o tema em questão. Usando da palavra, os expositores discorrem sobre a avicultura mineira e, juntamente com os Deputados, se envolvem em amplo debate com os demais participantes da reunião, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - Paulo Piau - João Batista de Oliveira - Márcio Kangussu - Ailton Vilela.

ATA DA 47ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia quatro de outubro do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Chico Rafael e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência da seguinte correspondência: ofícios do Cel. PM Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG (publicado no "Diário do Legislativo" no dia 25/8/2000); do Sr. Iano Tomaz Maioline, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí (publicado no "Diário do Legislativo" no dia 31/8/2000); do Sr. Antônio Gama Júnior, Delegado de Polícia da Ouidoria da Polícia (publicado no "Diário do Legislativo" no dia 31/8/2000); do Sr. José Magela Alves Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil - SINDPOL (publicado no "Diário do Legislativo" no dia 7/9/2000); do Sargento José de Paulo Santos, contendo inúmeras reivindicações atinentes ao quadro de funcionários da PMMG. A seguir, o Presidente informa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: Projeto de Lei Complementar nº 21/2000 (parecer sobre as Emendas nºs 4 e 5, apresentadas em Plenário) no 1º turno - Deputado Agostinho Patrús; Projeto de Lei Complementar nº 23/2000, no 2º turno, e Projetos de Lei nºs 951, 1.106 e 1.140/2000, estes no 1º turno - Deputado Doutor Viana; Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, no 2º turno - Deputado Sargento Rodrigues; Projeto de Lei Complementar nº 28/2000 e Projeto de Lei nº 1.095/2000, ambos no 1º turno - Deputado Sebastião Navarro Vieira; e Projeto de Lei nº 356/1999, no 1º turno - Deputado Chico Rafael. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei Complementar nº 23/2000, no 2º turno, emite seu parecer concluindo pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sargento Rodrigues, relator do Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, no 2º turno, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto no 2º turno. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Em seguida, o Deputado Agostinho Patrús profere o seu parecer sobre as Emendas nºs 4 e 5 apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 21/2000, no 1º turno, que conclui pela aprovação da Emenda nº

4 e pela rejeição da Emenda nº 5. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Sargento Rodrigues usa a palavra e solicita votação destacada da Emenda nº4, contida no parecer do relator. Colocado em votação o parecer, salvo a Emenda nº 4, este é aprovado. Colocada em votação a Emenda nº 4, destacada do parecer, esta é rejeitada. O Deputado Agostinho Patrús, concordando com a alteração do parecer, emite nova redação, a qual conclui pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5, apresentadas em Plenário. O Presidente declara aprovada a nova redação do parecer. Na ausência do Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei Complementar nº 30/2000, o Presidente redistribui a proposição ao Deputado Doutor Viana, que, na oportunidade, emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Chico Rafael, relator do Projeto de Lei nº 356/99, no 1º turno, solicita prazo regimental para emitir o seu parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. São colocados em votação e aprovados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos, em turno único: 1.576, 1586, 1.587, 1.588, 1.592 e 1.593/2000. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de proposições da Comissão. Em poder da Mesa, requerimento da Deputado Elbe Brandão, em que solicita realização de reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para discutir, com diversos convidados, o valor da energia elétrica cobrado no Estado de Minas Gerais. O Deputado Agostinho Patrús solicita a palavra para encaminhar a votação do requerimento e apresenta a Emenda nº 1, que inclui o representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais entre os convidados relacionados no requerimento. Colocado o requerimento em votação, este é aprovado com a Emenda nº 1, apresentada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Chico Rafael - Agostinho Patrús - Sargento Rodrigues - Arlen Santiago.

ATA DA 36ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas do dia dez de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Márcio Cunha, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Ato contínuo, o Presidente dá ciência do recebimento das correspondências dos Srs. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda; Gilberto Vergne Saboia, Secretário de Justiça; Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Rubens Coelho de Mello, Presidente da COPASA-MG; Dalmir da Costa Bessa, Coordenador de Despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo; José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal; Marcelo Pereira Borges, Coordenador do CAC; e João Batista Rezende, Presidente da Fundação João Pinheiro. A seguir o Presidente informa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: Projetos de Lei nºs 682/99 e 1.123/2000, ao Deputado Eduardo Hermeto; Projetos de Lei nºs 605/99 e 1.075/2000, ao Deputado Irani Barbosa; Projetos de Lei nºs 932 e 1.006/2000, ao Deputado Rogério Correia, e Projeto de Lei nº 1.078/2000, ao Deputado Olinto Godinho. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas a apreciação do Plenário. Logo após, o Deputado Rogério Correia apresenta requerimento solicitando a retirada de pauta das Mensagens nºs 19/99 e 109/2000, e o Deputado Mauro Lobo apresenta requerimento em que solicita sejam retirados da pauta os Projetos de Lei nºs 543/99 e 902/2000. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. Logo a seguir, são aprovados os Pareceres pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 10/99 (relator: Deputado Rogério Correia); 588/99 (relator: Deputado Mauro Lobo, em virtude de redistribuição), ambos em 1º turno; 627/99, parecer pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário (relator: Deputado Rogério Correia); 855/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Márcio Cunha, em virtude de redistribuição); 857/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Mauro Lobo); 930/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, que ficam prejudicadas com a aprovação do substitutivo (relator: Deputado Olinto Godinho, em virtude de redistribuição); 936/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Mauro Lobo); 954/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial (relator: Deputado Márcio Cunha, em virtude de redistribuição); 992/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rogério Correia); 1.002/2000, parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Márcio Cunha, em virtude de redistribuição); 1.009/2000, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e pela rejeição da Emenda nº 1, que fica prejudicada pela aprovação do substitutivo (relator: Deputado Márcio Cunha); 1.019/2000, parecer pela rejeição (relator: Deputado Mauro Lobo, em virtude de redistribuição); 1.037/2000, parecer pela aprovação na forma proposta (relator: Deputado Márcio Cunha); e 1.059/2000, parecer pela aprovação na forma proposta (relator: Deputado Olinto Godinho). Durante a discussão do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 13/99, mediante o qual o Deputado Márcio Cunha, relator em virtude de redistribuição, conclui pela rejeição da matéria, é concedida vista ao Deputado Rogério Correia. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 806/2000 deixa de ser apreciado em virtude de pedido de prazo regimental solicitado pelo relator, Deputado Olinto Godinho. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Colocados em votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.616/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e 1.623/2000, do Deputado João Batista de Oliveira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. São apresentados e votados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos: do Deputado Alencar da Silveira Júnior, solicitando sejam convidados os Srs. Antonio Francisco Patente e os Delegados Nilton Ribeiro e Antônio Carlos Faria, para prestarem esclarecimentos sobre denúncias relacionadas com a atividade das máquinas caça-níqueis; do Deputado Márcio Cunha, solicitando sejam convidados o Diretor da Superintendência Central de Orçamento da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, bem como os responsáveis pela elaboração das propostas parciais do orçamento dos Poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, para prestarem informações sobre a proposta orçamentária para 2001; do Deputado Mauro Lobo, para que seja encaminhado ao Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, pedido de envio a esta Casa de cópias dos contratos e anexos de verbas destinadas e verbas liberadas pelo Fundo SOMMA para Caratinga; do Deputado Rogério Correia, solicitando seja encaminhado à Loteria do Estado de Minas Gerais, pedido de informações sobre a arrecadação e aplicação, no período de 1996 a 2000, para a audiência a ser realizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária com a presença dos Srs. Antônio Francisco Patente, Nilton Ribeiro e Antônio Carlos Faria, conforme requerimento do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Mauro Lobo, Presidente - Olinto Godinho - Rogério Correia - Paulo Piau.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial do micro geraes

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Chico Rafael, Bilac Pinto e Dalmio Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Chico Rafael, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a realizar audiência pública, com a participação de representantes de diversas entidades, para discutir o tema objeto da Comissão. A seguir, convida a tomar assento à mesa dos trabalhos os Srs. Liberângelo Motta Tourino, Chefê de Gabinete do Prefeito Municipal de Pouso Alegre e representante do Prefeito; Vereador Emanuel de Almeida Coutinho, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Marco Antônio Dias, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre - ACIPA -; Silvestre Cândido Souza Turbino, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Pouso Alegre; Joaquim Teixeira Garcia, Gerente Regional do SEBRAE; Sebastião Kersul Foch, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Pouso Alegre, e Alberto Mello, Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial Sul, que se faz representar pelo Sr. Pedro Perisi. Estão presentes, também, o Cel. Wilson Gonçalves e o Sr. Luiz Roberto Souza, Prefeito de Heliodora. Após considerações iniciais, o Presidente passa a palavra aos referidos convidados, que fazem suas exposições sobre o tema em questão. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao público presente, seguindo-se amplo debate entre os convidados e os Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2000.

Chico Rafael, Presidente - Ailton Vilela - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 54ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia dezoito de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, informa que a reunião se destina a apreciar

a matéria constante na pauta e dá ciência aos membros da Comissão do recebimento de ofício do Sr. Luiz Carlos Teles de Castro, Promotor de Justiça. O Presidente, informa, ainda, do recebimento das seguintes proposições, bem como dos relatores para elas designados: Projetos de Lei nºs 1.133/2000, do Deputado Dinis Pinheiro (relator: Deputado Bilac Pinto); 1.171/2000, do Deputado Marcelo Gonçalves (relator: Deputado Dinis Pinheiro), e 1.174/2000, do Deputado Ambrósio Pinto (relator: Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.133/2000, do Deputado Dinis Pinheiro (redistribuído ao Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que conclui pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade do Projeto de Lei 630/99, do Deputado Gil Pereira. Após, são aprovados cada um por sua vez os Requerimentos nºs 1.657, 1.658 e 1.659/2000, do Deputado Miguel Martini, e 1.665/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São aprovados, cada um por sua vez, requerimento do Deputado Dimas Rodrigues solicitando providências ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas com vistas ao asfaltamento das estradas que ligam o Município de Francisco Badaró aos Municípios de Araçuaí e Berilo; requerimentos do Deputado Álvaro Antônio (2), solicitando seja convidado o Presidente da Telemar para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades no funcionamento de telefones públicos e solicitando providências ao Secretário de Estado de Transporte visando à execução de acostamento na BR-367, que corta a cidade de Araçuaí (trecho aeroporto até a ponte sobre o rio Araçuaí); requerimento do Deputado Arlen Santiago solicitando seja apresentado projeto da Comissão exigindo que todo município recém-emancipado tenha obrigatoriamente pelo menos uma via de acesso a outro município, com manutenção feita pelo DER-MG e que toda estrada em que o DER-MG autorize o tráfego de linha de ônibus tenha também manutenção obrigatória pelo DER-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Ivair Nogueira - Arlen Santiago.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da cpi da saúde

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Jorge Eduardo de Oliveira, Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Marco Régis e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Flávio Lúcio da Cruz Gama, proprietário da Exportadora e Importadora Lubel Ltda.; Vânia Valéria Martelleto, do Setor de Bromatologia da FUNED; e George Alves de Almeida, Coordenador de Zoonose da Secretaria de Estado da Saúde, não tendo este último comparecido. O Presidente determina que o Sr. George Alves de Almeida seja intimado para a próxima reunião e, caso não compareça, sejam tomadas as providências judiciais cabíveis. O Presidente presta os esclarecimentos necessários ao funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. O Deputado Adelmo Carneiro Leão discorre sobre a demora de envio da documentação solicitada a alguns órgãos, a qual está impedindo o prosseguimento dos trabalhos. O Deputado Edson Rezende lê a listagem dos documentos que estão faltando. O Presidente determina à assessoria que reitere os pedidos de informação, dando um prazo de 72 horas para o seu cumprimento. Prosseguindo, os dois intimados, após se qualificarem, fazem suas exposições iniciais e respondem aos questionamentos dos Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Marco Régis e Doutor Viana. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Edson Rezende apresenta dois requerimentos nos quais solicita que o Sr. Tarcísio de Campos Ribeiro, Superintendente-Geral da FUNED informe à Comissão a relação dos medicamentos considerados impróprios para consumo que se encontram estocados na FUNED, a data da fabricação de cada lote e da aquisição das substâncias, o fornecedor, os custos e os procedimentos para ressarcimento aos cofres públicos, caso sejam apuradas as responsabilidades do fornecedor; e seja reiterado à FUNED o pedido das cópias dos Processos de Dispensa de Licitação nºs 3 e 37/2000, com um prazo máximo de 15 dias, conforme o art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta dois requerimentos, nos quais pede seja enviado ofício ao CNPq solicitando cópia do parecer autorizativo da compra de 8.500 litros de biolarvicida do Laboratório Labiofan, em Cuba, feita pela Fundação Ezequiel Dias; e seja solicitada à FUNED, para atendimento no prazo máximo de 15 dias, cópia de empenho e da liquidação da despesa referente ao frete do Bactivec H14, além da cópia do instrumento firmado com a empresa responsável pelo transporte aéreo, a justificativa pela escolha da referida empresa, e a cópia do parecer emitido pelo CNPq referente à aquisição do referido produto. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente esclarece que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos Srs. Flávio Lúcio da Cruz Gama e Vânia Valéria Martelleto, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2000.

Hely Tarquínio, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Edson Rezende - Jorge Eduardo de Oliveira.

ATA DA 45ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às onze horas do dia trinta e um de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Miguel Martini, Pastor George, Cristiano Canêdo e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Miguel Martini, distribui o Projeto de Lei nºs 585, 745/99 e 857/2000 ao Deputado Cristiano Canêdo; 789/2000, ao Deputado Edson Rezende; 958 e 897/2000, ao Deputado Pastor George; 943/2000, ao Deputado Miguel Martini e 1.173/2000, ao Deputado Dimas Rodrigues. A seguir, a Presidência passa a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Miguel Martini, relator, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 943/2000, procede à leitura de seu parecer. Na fase de discussão, o Deputado Edson Rezende solicita vista do parecer, pedido que é atendido pelo Presidente. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Cristiano Canêdo, relator, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 585/99, que procede a leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado. Ato contínuo, o Deputado Miguel Martini relator, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.112/2000 procede à leitura de seu parecer. Na fase de discussão, o Deputado Cristiano Canêdo solicita vista da proposição, pedido que é deferido pela Presidência. Prosseguindo, a Presidência passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido à votação, é aprovado, em turno único, o Requerimento nº 1.691/2000. A seguir, o Presidente passa à discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Dimas Rodrigues apresenta dois requerimentos: no primeiro solicita seja formulado apelo ao Ministério da Saúde, com vistas à inclusão, no orçamento da União, de recursos destinados à conclusão das obras do Hospital Regional de Janaúba; no segundo, solicita se peça à Presidência da Casa seja consignado nos anais da Assembléia voto de congratulação desta Comissão com a classe dos dentistas pela passagem do Dia do Dentista comemorado no dia 3 de outubro. Submetido à votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Miguel Martini passa a Presidência ao Deputado Pastor George para apresentar requerimento de sua autoria. O Deputado Miguel Martini requer seja feita visita, acompanhada da Sra. Yedda Lúcia do Couto Victor, ao Núcleo Odontológico Washington Franco do Couto, localizado na Rua Cristal, 78, Bairro Santa Tereza, para verificação de denúncias. Requer, ainda, seja a referida senhora, fundadora da mencionada entidade, ouvida por esta Comissão. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Ao retomar os trabalhos, a Presidência passa a palavra a Sra. Yeda Lúcia do Couto Victor, que faz sua explanação e aceita o convite para acompanhar a Comissão ao núcleo odontológico, a fim de verificar as denúncias por ela formuladas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e da convidada, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Edson Rezende - Pastor George - Cristiano Canêdo.

ATA DA 33ª REUNIÃO Ordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia primeiro de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Marco Régis e Maria Olívia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marco Régis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui à Deputada Maria Olívia as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1 e 30/99, os Projetos de Lei Complementar nºs 11/99, 23 e 24/2000, e o Projeto de Lei nº 4/99 e ao Deputado Marco Régis os Projetos de Lei nºs 151, 303 e 540/99, 910, 941, 957, 1.063, 1.064, 1.085, 1.103, 1.108, 1.116 e 1.126/2000. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1 e 30/99, dos Projetos de Lei Complementar nºs 11/99, 23 e 24/2000, e dos Projetos de Lei nºs 4/99 (relatora: Deputada Maria Olívia), 151, 303 e 540/99 (relator: Deputado Marco Régis). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matéria de deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos

Projetos de Lei nºs 910, 941, 957, 1.063, 1.064, 1.085, 1.103, 1.108, 1.116 e 1.126/2000 (relator: Deputado Marco Régis). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 7 de novembro, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Ailton Vilela - Djalma Diniz.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 190ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 7/11/2000

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Propostas de Emenda à Constituição nºs 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros; 30/99, do Deputado Márcio Cunha e outros; e 32/2000, do Deputado Chico Rafael e outros; Projetos de Lei Complementar nºs 11/99, do Deputado Mauro Lobo; 23/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; e 24/2000, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz; 151 e 303/99, da Deputada Maria Olívia; 540/99, do Deputado Carlos Pimenta; 11/99, da Deputada Maria José Hauelsen; 464/99, dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho; 610/99, do Deputado João Pinto Ribeiro; 771/99, do Deputado Wanderley Ávila; 798/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 821/2000, do Deputado João Paulo; e 937/2000, da CPI do IPSM.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 191ª reunião ordinária, em 8/11/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer do Grupo Parlamentar Constituído para Conhecer das Solicitações de Acesso a Documentos Sigilosos sobre requerimento solicitando sejam tomadas públicas as atas de reuniões secretas realizadas no período de maio de 1963 a junho de 1978. O Grupo Parlamentar opina pela publicidade dos referidos documentos e pelo acesso franqueado àqueles que os queiram consultar.

Parecer sobre a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Fausto Ferrer Fróes para Superintendente-Geral da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG (Mensagem nº 125/2000). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.582, que prorroga prazo para a concretização das medidas previstas no § 2º do art. 1º, da Lei nº 12.985, de 30/7/98. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.578, que dispõe sobre o direito dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2000, do Deputado Ermano Batista, que insere dispositivo na Constituição do Estado para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.215/2000, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.223/2000, da Procuradoria-Geral de Justiça, que reajusta o valor do índice básico de vencimento e provento dos servidores do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.240/2000, da Mesa da Assembléia, que reajusta os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.084/2000, do Deputado Gil Pereira, que cria a Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Estado a dar incentivos ao município que implantar o programa de aleitamento materno. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios para o controle da ordem cronológica dos pagamentos dos contratos administrativos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Emenda nº 3, que apresenta, ficando rejeitada a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 801/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a realização, nos hospitais da rede pública estadual, do exame denominado emissões evocadas otoacústicas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 890/2000, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a criação do Projeto Mutirão Universitário no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 955/2000, do Deputado José Milton, que obriga os laboratórios a notificar os médicos de pacientes do SUS sobre o resultado de exames que comprovem doenças com risco de vida para o paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 615/99, do Deputado Gil Pereira, que institui a obrigatoriedade de realização de exames de prevenção do câncer de próstata nos hospitais e centros de saúde da rede pública estadual, bem como nos subvencionados pelo Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 846/2000, do Tribunal de Contas, que altera o Plano de Carreira dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.044/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 48ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 8/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.000/2000, do Deputado Edson Rezende.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.135/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.731/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater a violência nas escolas públicas do Estado.

Convidados: Srs. Murílio Hingel, Secretário da Educação; Cel. Severo Augusto, Comandante do Policiamento da Capital; Magda Campbell, Presidente da APPMG; Antônio Carlos

Hilário, Coordenador do Sind-UTE; Mário de Assis, Presidente da FAPAEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 34ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 8/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 57ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 8/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial das Taxas, a realizar-se às 16h30min do dia 8/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da CPI do FUNDEF, a realizar-se às 10 horas do dia 9/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir as Sras. Isabel Rainha Guimarães Junqueira, Diretora do Departamento de Auditoria Municipal, e Conceição Aparecida Ramalho França, Inspetora de Controle Externo, ambas do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da CPI do Narcotráfico, a realizar-se às 15 horas do dia 9/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos depoimentos referentes às empresas PPL Empreendimentos e GMS Representações.

Convidados: Srs. Paulo César Mota Santiago, Luiz Francisco Mota Santiago, Felismino Henriques Neto, Juarez Souto e João de Deus Dias Neto e Maria Cristina Santiago e Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 8/11/2000, destinadas, ambas, 1 - à discussão e votação de pareceres, a saber: Parecer do Grupo Parlamentar Constituído para Conhecer das

Solicitações de Acesso a Documentos Sigilosos sobre requerimento solicitando sejam tornadas públicas as atas de reuniões secretas realizadas no período de maio de 1963 a junho de 1978; e Parecer sobre a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Fausto Ferrer Fróes para Superintendente-Geral da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais; e à votação de requerimentos, e, II - à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.582, que prorroga prazo para a concretização das medidas previstas no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98; e 14.578, que dispõe sobre o direito dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual; 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição Estadual; e 36/2000, do Deputado Ermano Batista, que insere dispositivo na Constituição do Estado para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares; e dos Projetos de Lei nºs 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo; 1.084/2000, do Deputados Gil Pereira, que cria a Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro; 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado; 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Estado a dar incentivos ao município que implantar o programa de aleitamento materno; 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios para o controle da ordem cronológica dos pagamentos dos contratos administrativos; 801/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a realização, nos hospitais da rede pública estadual, do exame denominado emissões evocadas otoacústicas e dá outras providências; 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e dá outras providências; 890/2000, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a criação do projeto mutirão universitário no Estado e dá outras providências; 955/2000, do Deputado José Milton, que obriga os laboratórios a notificar os médicos de pacientes do SUS sobre o resultado de exames que comprovem doenças com risco de vida para o paciente; 1.215/2000, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências; 1.223/2000, da Procuradoria-Geral de Justiça, que reajusta o valor do índice básico de vencimento e provento dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.240/2000, da Mesa da Assembléia, que reajusta os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; 615/99, do Deputado Gil Pereira, que institui a obrigatoriedade de realização de exames de prevenção do câncer de próstata nos hospitais e centros de saúde da rede pública estadual bem como nos subvencionados pelo Estado; 846/2000, do Tribunal de Contas, que altera o Plano de Carreira dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências; e 1.044/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera o art.1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de novembro de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Wanderley Ávila, Ailton Vilela, Alberto Pinto Coelho e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2000, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 2º turno, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.092/2000, do Deputado José Henrique.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Eduardo Brandão, Marco Régis e Maria Olívia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2000, às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 14.578

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, inciso VIII, c/c o art. 70, inciso II, da Constituição do Estado, opôs veto total à Proposição de Lei nº 14.578, que dispõe sobre o direito dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 52/2000. Constituída esta Comissão Especial, nos termos do art. 222, c/c o art. 111, I, "b", do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O Chefe do Executivo, ao opor veto total à Proposição de Lei nº 14.578, alegou motivos de ordem jurídica e de interesse público, argumentando ainda que a matéria já se encontra disciplinada, em sua maior parte, no texto de leis e normas do SUS.

Em que pese à manifestação da referida autoridade, discordamos das razões apresentadas, por entendermos que o ordenamento jurídico federal dispõe sobre a matéria de forma esparsa e genérica como, de resto, lhe compete atuar.

O art. 24 da Constituição Federal prevê as regras de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, estabelecendo quais as matérias que deverão ser regulamentadas de forma geral por aquela e de forma específica por estes. Entre essas matérias, figura a defesa da saúde, no inciso XII do referido artigo. Discutindo a competência legislativa em relação à saúde pública, Alexandre de Moraes, em artigo publicado na "Revista de Informação Legislativa", v. 37, n. 145, afirma: "a competência da União é direcionada somente às normas gerais, sendo de flagrante inconstitucionalidade aquilo que delas extrapolar; a competência do Estado membro ou do Distrito Federal refere-se às normas específicas, detalhes, minúcias (competência suplementar). Assim, uma vez editadas as normas gerais pela União, as normas estaduais deverão ser particularizantes, no sentido de adaptação de princípios, bases, diretrizes a peculiaridades regionais (competência suplementar)".

Desta forma, entendemos que a Proposição de Lei nº 14.578 dá ao tema o tratamento minudente que lhe faltava, com vistas ao atendimento das particularidades do povo mineiro. Os

preceitos da equanimidade e da universalidade na atenção à saúde, consagrados no art. 196 da Constituição Federal, são, por exemplo, dissecados no art. 2º da proposição em apreço, de forma a permitir aos usuários dos serviços a exata compreensão dos seus direitos.

Além dessas alegações, devemos ainda agregar à discussão o fato de a matéria ter sido, até então, tratada de forma esparsa. Além dos comandos constitucionais já mencionados, há dispositivos correlatos contidos nas Leis Federais nºs 8.080, de 1990, 5.991, de 1973, 6.360, de 1976, bem como no Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução nº 1.246, de 1988, do Conselho Federal de Medicina. A proposição tem, assim, o mérito de consolidar em um só instrumento legal os direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS -, em Minas Gerais.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.578.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Doutor Viana, Presidente - Cristiano Canêdo, relator - João Paulo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.223/2000

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei sob comento, do Procurador-Geral de Justiça, enviado a esta Casa por meio do Ofício nº 3/2000, tem a finalidade de estabelecer reajuste no valor do índice básico de vencimento e provento dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 6/10/2000, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Na análise do mérito, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Compete-nos, no momento, a análise dos aspectos financeiros e orçamentários abrangidos pela proposta.

Fundamentação

Dentro de um processo desencadeado pelo Poder Executivo, que em julho de 2000, por meio das Leis Delegadas nºs 41 a 44, concedeu reajuste de vencimentos a seus servidores, os demais Poderes do Estado e o Ministério Público cuidaram de apresentar projetos de lei dispendo sobre revisão da remuneração dos respectivos servidores, que já acumulam perdas salariais decorrentes do processo inflacionário há mais de cinco anos.

Dessa forma, o projeto de lei encaminhado a esta Casa pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício estabelece em 10% o reajuste geral de seus servidores.

Recorremos ao Armazém SIAFI para obter informações relativas aos valores gastos com pessoal pelo órgão neste exercício. No relatório da referida ferramenta constam os valores de janeiro a setembro, que totalizam R\$120.672.045,05, e assim, um valor médio de R\$13.408.000,00. Portanto, o acréscimo mensal de despesas deve ficar próximo de R\$1.500.000,00.

Existe a solicitação de autorização para abertura de crédito suplementar até o valor de R\$1.066.000,00, que deve ser aprovado, já que o crédito orçamentário para o órgão, no valor de R\$171.433.981,00, revela-se insuficiente para atender à medida proposta.

Finalmente, não nos parece correta a permanência do art. 2º no corpo do projeto, uma vez que a revisão geral de remuneração de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal determina a edição de lei específica. Portanto, o reenquadramento de cargos na carreira deve ser objeto de outro projeto a ser encaminhado a esta Casa.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que a nº 1 é oportuna, por banir do projeto matéria estranha à revisão de remuneração, o que não ocorre com a nº 2, que altera dispositivo que pretendemos excluir da proposição por meio da Emenda nº 3, ao final apresentada.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.223/2000 no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 3, que apresentamos, e pela rejeição da Emenda nº 2.

EMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 2º e seu parágrafo único, renumerando-se os demais.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo, relator - Rogério Correia - Eduardo Hermeto - Olinto Godinho.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.240/2000

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléa Legislativa, o projeto de lei em epígrafe objetiva reajustar os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Publicado no "Diário do Legislativo", de 20/10/2000, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria. A Mesa da Assembléa concluiu pela aprovação da proposição na forma proposta.

Agora, vem o projeto a esta Comissão, para, nos termos regimentais, receber parecer.

Fundamentação

A proposição visa a reajustar em 10% o índice básico da tabela de escalonamento vertical de vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléa Legislativa, instituída pela Resolução nº 5.090, de 1990, e alterada pelo art. 18 da Resolução nº 5.134, de 1993, a partir de 1º/7/2000.

É sabido que os servidores do Poder Executivo tiveram seus vencimentos reajustados pelo Governador do Estado. Tramitam na Casa proposições concedendo reajustes aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público. Portanto, nada mais justo é o reajuste, também, dos servidores do Legislativo.

No tocante ao aspecto orçamentário, o art. 2º da proposição autoriza a suplementação, em até R\$10.600.000,00, do orçamento da Assembléa aprovado para o presente exercício, em virtude da falta de recursos para a realização da despesa.

Com respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a realização da despesa com pessoal, entendemos que o reajuste dos servidores do Legislativo não os compromete, uma vez que está previsto na referida lei o enquadramento em até dois exercícios.

Atendendo a reivindicação do conjunto de representantes dos servidores da Assembléa Legislativa, manifestada em documento que faço anexar ao presente processo, propomos a Emenda nº 1, com o objetivo de implantar um limite de remuneração no Poder Legislativo, semelhante ao aplicado no Poder Executivo.

Entendemos que a proposição irá atenuar parte da perda do poder aquisitivo da maioria dos servidores públicos estaduais do Legislativo, defasado em virtude dos vários anos sem reajustes em seus vencimentos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.240/2000 no 1º turno, com a Emenda nº 1, abaixo apresentada.

Emenda nº 1

Acrescentem-se ao art. 1º os seguintes § 1º, 2º e 3º:

"Art. 1º -

§ 1º - A remuneração do servidor ativo e inativo da Assembléa Legislativa não ultrapassará, com o reajuste concedido, 1,5 (um inteiro e cinco décimos) do valor do último padrão da tabela de escalonamento vertical de vencimentos, até que seja fixado o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - Caso a remuneração do servidor ultrapasse a proporção de que trata o parágrafo anterior, será aplicado à remuneração deste um redutor equivalente ao valor que exceder o limite estabelecido.

§ 3º - Caso a remuneração do servidor já ultrapasse o limite previsto no § 1º, será aplicado à remuneração deste um redutor equivalente ao valor do reajuste recebido.".

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Olinto Godinho - Mauro Lobo.

Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição Nº 32/2000

Comissão de Redação

A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000, que acrescenta parágrafo único ao art. 152 da Constituição do Estado de Minas Gerais, foi apresentada por 1/3 dos membros da Assembléa Legislativa, tendo como primeiro signatário o Deputado Chico Rafael.

Aprovada no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, vem agora a proposta a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32/2000

Acrescenta parágrafos ao art. 152 da Constituição do Estado.

A Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam acrescentados os seguintes § 1º e 2º ao art. 152 da Constituição do Estado:

"Art. 152 -

§ 1º - Não será admitida, no período de noventa dias que antecede o término da sessão legislativa, a apresentação de projeto de lei que tenha por objeto a instituição ou a majoração de tributo estadual.

§ 2º - O disposto no § 1º deste artigo não se aplica a projeto de lei destinado exclusivamente a adaptar lei estadual a norma federal." .

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Aílton Vilela, relator - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.108/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.108/2000, do Deputado Dilzon Melo, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí - AMBASP -, com sede no Município de Varginha, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.108/2000

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí - AMBASP -, com sede no Município de Varginha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí - AMBASP -, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Marco Régis, relator - Maria Olívia.

Parecer SOBRE A EMENDA Nº 2 ao Projeto de Lei Nº 838/2000

Comissão de Defesa do Consumidor

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado João Paulo, tem como objetivo dispor sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 2/3/2000, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Durante a tramitação da matéria, ainda no 1º. turno, foi apresentada em Plenário a Emenda nº 2, do Deputado Agostinho Silveira. Assim sendo, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, retorna a proposição a esta Comissão, que emitirá parecer sobre a Emenda nº 2, apresentada em Plenário.

Fundamentação

A emenda ora analisada visa a melhorar o atendimento aos clientes na rede bancária, estabelecendo a obrigatoriedade de instalação de banheiros e bebedouros no interior das agências. Tal providência atende aos interesses dos consumidores que freqüentam diariamente as agências bancárias, que, em sua maioria, não contam sequer com uma única instalação sanitária para uso dos consumidores. Essa situação tem causado enorme desconforto, principalmente às mulheres e às pessoas mais idosas.

A falta de bebedouros, de igual modo, representa para os usuários da rede bancária um flagrante desrespeito às suas necessidades mínimas, especialmente na época de elevadas temperaturas.

Acatada a emenda, a rede bancária fará as devidas adaptações para preservar a segurança do local.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 838/2000.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2000.

Mauri Torres, Presidente - Elaine Matozinhos, relatora - João Paulo.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/11/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.895, 1.929, 1.938, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ivo José

exonerando Neuza Maria de Moura do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Regina Coelho Linhares do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Edson Arcanjo Neves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Maria de Fátima Pereira Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Antônio Fontes Filho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

exonerando Gilmar Miguel de Oliveira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Jovanildo Edson Rodrigues do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando Juarez Gomes do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando Laércio Xavier da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Marcelo José Ribeiro Figueiredo do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando Rodrigo Leonardo de Barros do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Rosemeire Barbosa Gonçalves do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando Sandra Teixeira Gomes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Sílvio Henrique Beletabla Bravo do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Antônio Fontes Filho para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

nomeando Gilmar Miguel de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Jovanildo Edson Rodrigues para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Juarez Gomes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Laércio Xavier da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Marcelo José Ribeiro Figueiredo para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Rodrigo Leonardo de Barros para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Rosemeire Barbosa Gonçalves para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Sandra Teixeira Gomes para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Sílvio Henrique Beletabla Bravo para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Resmat Parsch Sistemas Contra Incêndio Ltda. Objeto: contratação de empresa para reforma do sistema de hidrantes, fornecimento e instalação de sistema de alarme no Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 4.1.1.0. Vigência: 60 dias, a partir da assinatura. Licitação: Tomada de Preços nº 2/98.